



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

ATA DA 12º

REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE DENÚNCIAS DO COMITÊ POP RUA
REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Data: 12 de agosto de 2026

Horário: das 14h54 às 16h23

Duração: 1h28min32s

Modalidade: Reunião virtual

PARTICIPANTES

- Josoé Durval – (SMDHC), Damiso Faustino, Renatinho sena, Thais silva dos santos, Andressa Coelho (Vila Reencontro), Cleidson Alves de Souza (SMSU), Gisele Abreu (COSELHEIRA COMITÊ), Victor Hugo Emannuel, Roseli Kraemer, Tamires Oliveira

PAUTA

Recebimento, discussão e encaminhamento de denúncias relacionadas à Política Municipal para a População em Situação de Rua.

1. ABERTURA

O coordenador, Josoé, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e destacando a retomada dos trabalhos do Subcomitê de Denúncias no segundo semestre de 2026, sendo esta a primeira reunião realizada após o encontro ocorrido em abril do mesmo ano.

Reforçou que o Subcomitê atua como um canal permanente para o acolhimento, a apuração e o encaminhamento de denúncias relacionadas a possíveis violações de direitos da população em situação de rua.

Também esclareceu que as reuniões do Subcomitê de Denúncias não exigem quórum mínimo para deliberações e encaminhamentos.

Regras de convivência e metodologia das falas



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Foi estabelecido o tempo máximo de três minutos para cada intervenção, respeitando-se a ordem de inscrição mediante manifestação virtual, com acompanhamento por cronômetro exibido na tela. Esclareceu-se, ainda, que as demandas individuais devem ser encaminhadas à Ouvidoria, enquanto as demandas coletivas seguirão o rito de discussão e encaminhamento do Subcomitê.

2. RELATOS E DENÚNCIAS APRESENTADAS

2.1. Suspeita de violação de direitos de criança na Vila Reencontro Pari

A conselheira **Gisele Abreu** relatou uma situação envolvendo suspeita de violação de direitos de uma criança residente na Vila Reencontro Pari. Informou ter recebido relatos de moradores vizinhos acerca de possíveis situações de violência, bem como de que a pessoa denunciante teria sofrido ameaças de transferência após comunicar os fatos à equipe local.

Relatou, ainda, que a família mencionada na denúncia teria sido realocada para outro módulo, sem que os moradores tivessem conhecimento de outras providências adotadas.

Thais Silva dos Santos orientou que as informações detalhadas do caso fossem compartilhadas de forma reservada, possibilitando a apuração pelos órgãos competentes. Ressaltou, também, a importância do acionamento dos canais oficiais de proteção à infância em situações que demandem providências urgentes.

Gisele Abreu solicitou acompanhamento e intervenção dos órgãos responsáveis diante da gravidade dos fatos relatados.

2.2. Programas habitacionais e auxílio-moradia

Gisele Abreu questionou os critérios adotados para a concessão e a renovação do auxílio-moradia, bem como solicitou esclarecimentos sobre relatos relacionados ao programa **Pode Entrar**, especialmente quanto à transparência dos critérios de seleção e contemplação.

Renatinho Sena reforçou a necessidade de aprofundamento do debate sobre habitação, defendendo que o tema seja tratado de forma estruturante e não apenas por meio de medidas emergenciais. Também solicitou a realização de uma discussão específica acerca dos critérios utilizados nos programas habitacionais.

2.3. Condições dos serviços e equipamentos de acolhimento



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Tamires Oliveira relatou irregularidades observadas em um serviço de acolhimento localizado na Penha, incluindo restrições consideradas excessivas nas normas internas e problemas relacionados ao acesso às refeições incluindo por parte dos Beneficiários.

Andreza Coelho Nascimento, (Vila Armênia) Foi apresentada denúncia relativa às condições de atendimento e convivência na unidade. Os moradores relataram percepção de tratamento diferenciado entre residentes brasileiros e estrangeiros, apontando dificuldades na apuração e encaminhamento de reclamações envolvendo questões de convivência. Também foram registradas queixas referentes à infestação de baratas nas áreas residenciais e módulos habitacionais, incluindo dormitórios, cozinhas e sanitários. Segundo os relatos, os moradores têm arcado com a compra de inseticidas para controle da situação, enquanto a gestão teria informado limitações para realização de dedetização nas áreas internas. Os participantes destacaram preocupação com os riscos sanitários decorrentes da presença dos insetos e solicitaram providências para enfrentamento do problema.

Ainda segundo os relatos, foram apontadas dificuldades no diálogo entre moradores e Agentes de Convivência, especialmente em períodos sem a presença de equipe técnica, ocasião em que haveria restrições à manifestação das demandas dos acolhidos. Também foi mencionada preocupação quanto aos critérios adotados na aplicação de medidas administrativas a funcionários da unidade, a partir de caso envolvendo orientações distintas sobre o registro de Boletim de Ocorrência, situação que, segundo os denunciante, gerou percepção de tratamento desigual e insegurança no ambiente institucional.

As demandas foram registradas para conhecimento e encaminhamento aos setores competentes para análise e adoção das providências cabíveis.

2.4. Tendões de atendimento

Gisele Abreu criticou a ausência de infraestrutura sanitária adequada nas tendões de atendimento e manifestou preocupação com as condições disponibilizadas à população em situação de calçada durante o funcionamento dos equipamentos e após o encerramento das atividades fazendo proteção dos objetos da tenda enquanto pessoas em situação de calçada dormem no relento.

Além disso, foram apontando que diversos estrangeiros residentes no local possuem veículos de alto valor e imóveis próprios, sem que haja qualquer tipo de avaliação ou fiscalização social adequada.

Há inclusive crianças, filhas desses estrangeiros, matriculadas e estudando no local. Solicito que estas denúncias sejam encaminhadas para a (SMADS) (aos



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

cuidados de Caetano), a qual acredito já ter ciência do caso. Foram encaminhados vídeos que registram a presença de veículos de alto padrão dentro da própria comunidade (Vila Parí).

A principal reclamação das famílias locais é que está sendo dada prioridade de atendimento aos estrangeiros em detrimento dos demais, sem a devida fiscalização socioeconômica que habitualmente deveria ser realizada, conforme constatado inclusive na região da Avenida Cruzeiro do Sul.

2.6. Organização do Dia de Luta da População em Situação de Rua

Roseli Kraemer questionou a ausência de diálogo prévio entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e os movimentos sociais para a organização das atividades relacionadas ao Dia de Luta da População em Situação de Rua.

Em resposta, Josoé informou que as articulações estavam sendo conduzidas pela coordenação-geral do Comitê, sob a responsabilidade da coordenadora Adriana e de sua equipe de assessoria, comprometendo-se a buscar mais informações sobre o andamento das tratativas.

3. ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES

Caso envolvendo criança na Vila Reencontro Parí

Ficou deliberado que, após o encerramento da reunião pública, Josoé Durval Aguiar Junior, Thais Silva dos Santos e Gisele Abreu permaneceriam em sala reservada para o compartilhamento das informações sigilosas e para a definição das providências cabíveis junto aos órgãos competentes.

Habitação e Programa Pode Entrar

Josoé informou que os critérios relacionados ao auxílio-moradia e ao programa Pode Entrar serão objeto de discussão no Subcomitê de Habitação, agendado para o dia 19 de agosto de 2026.

Denúncias relativas à assistência social e aos equipamentos de acolhimento

As demandas relacionadas aos serviços de acolhimento, às condições da Vila Reencontro Armênia 1, às tendas de atendimento e à denúncia apresentada envolvendo servidor público foram registradas para encaminhamento e acompanhamento pelas instâncias competentes.

Dia de Luta da População em Situação de Rua



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

A coordenação comprometeu-se a buscar informações complementares e a contribuir para a articulação entre representantes dos movimentos sociais e a coordenação responsável pela organização das atividades.

4. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o coordenador, Josué agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 16h23.

Em razão da natureza sensível da denúncia envolvendo possível violação de direitos de uma criança, registrou-se que parte dos participantes permaneceu em sala virtual reservada após o encerramento da gravação pública para o compartilhamento de informações sigilosas e a definição das providências cabíveis junto aos órgãos competentes.
